
A Migração Internacional como Fator de Política Externa: Os Emigrantes Italianos, a Expansão Imperialista e a Política Exterior da Itália, 1870-1943

João Fábio Bertonha

"A Europa deve participar de uma nova política em direção ao Chifre da África e da América Latina. Por fim, a Itália deve tutelar os milhões de italianos no mundo, os quais fornecem excelentes perspectivas no processo de internacionalização e um extraordinário potencial nos planos cultural, econômico e da nossa política. Queremos a Europa por todo lado, também através dos italianos do exterior"

(Mirko Tremaglia, *La Repubblica*, 24/2/96)¹.

"Se esquece da outra margem (do oceano), a latino-americana, onde se concentra uma Itália étnica pronta a decolar. Se adia o voto dos italianos do exterior, sem levar em conta o substancial apoio que eles podem dar à internacionalização da empresa Itália"

(Di Camerana, 1996:X)².

Introdução

Uma referência inevitável na temática contemporânea é a globalização. O conceito, que evoca liberdade de movimentos em escala global, é perfeitamente adequado nas áreas do conhecimento, da informação, do comércio e dos fluxos de capital, mas revela imensas dificuldades de adaptação à realidade quando se procura adequá-lo a temas como as

relações geopolíticas entre os Estados-nação e o movimento de pessoas entre as fronteiras nacionais.

De fato, ainda não se discutiu suficientemente como os fluxos de capital, mercadorias e informações e a formação dos grandes blocos econômicos interferirão na política dos Estados-nação e nas relações geopolíticas entre eles³. Também a questão das migrações internacionais é problemática no que se refere à globalização. Nessa área, os governos parecem continuar aferrados, em boa parte, aos princípios tradicionais de soberania, controle de fronteiras etc. Ainda assim, o total fechamento das fronteiras nacionais é cada vez mais difícil e as migrações acontecem, gerando uma grande quantidade de estudos nas revistas dedicadas ao tema.

Um aspecto do problema, porém, não tem merecido tanta atenção: o da influência dessas migrações nas políticas externas dos Estados envolvidos. De fato, trata-se de uma dimensão relativamente pouco trabalhada (talvez por ser área de fronteira entre objetos aparentemente sem conexão) e, se concordarmos com Ennio di Nolfo (1990) e atribuírmos ao processo de emigração/imigração o caráter de parte integrante da área de relações internacionais, fica evidente que o estudo das mesmas não pode prescindir do trabalho de pesquisa com o tema das migrações e de sua influência na política internacional dos diferentes Estados.

Realmente, como compreender a política francesa em relação à guerra civil argelina sem levar em conta a presença do enorme contingente de argelinos em território francês? Ou como não considerar a presença hispânica cada vez mais expressiva nos Estados Unidos na futura política externa americana em relação à América Latina ou a influência das comunidades judaica e cubana nas relações de Washington com Israel e Cuba? Mesmo o Brasil, com 1% da sua população vivendo no exterior, não poderá deixar de pensar nos seus emigrantes e imigrantes na formulação de sua política exterior.

**A Migração Internacional como Fator
de Política Externa...**

Essa questão obviamente não é recente (apesar de estar sendo amplificada pelo processo de globalização) e poderíamos pensar no caso de algumas minorias étnicas americanas (irlandeses, alemães, italianos) tentando influenciar a política americana por ocasião das duas guerras mundiais ou a suposta ameaça das colônias alemãs no sul do Brasil à independência e integridade nacional na primeira metade do século XX como exemplos clássicos. Há, porém, uma experiência histórica em que a fusão da emigração/imigração com a política externa atingiu refinamentos intelectuais e políticos especiais — a italiana —, e é essa experiência histórica que se procura resgatar neste texto.

De fato, o caso italiano foi bastante particular e, malgrado as óbvias diferenças de contexto entre o século XIX e a primeira metade do XX e a nossa era de políticas globais, a mesma nos parece muito ilustrativa e exemplar das inúmeras maneiras como a articulação política externa/política migratória pode se dar. É no sentido de apresentar tal problemática ao público brasileiro que este texto foi escrito, tendo o autor a expectativa de que ele sirva, além disso, de ponte entre as historiografias brasileira e italiana, cuja separação por um oceano não justifica o pouco contato entre os mundos da intelectualidade e da cultura de dois países cujos destinos sempre estiveram tão próximos.

Durante a maior parte do período em que a Itália viveu o apogeu da emigração, um imenso volume de publicações foi produzido com vistas a reduzir o fenômeno a um simples resultado da exuberância demográfica italiana. Como efeito contrário, surgiram, posteriormente, livros que caminhavam na direção oposta e que tendiam a ver na emigração um instrumento maquiavélico criado pelas classes dirigentes italianas para lidar com o conflito de classes na Itália via exportação do problema e para angariar imensos lucros com essa atividade (ver, p. ex., Ianni, 1972).

Tais livros são muito úteis no sentido de romper com uma tradição que ignora, voluntariamente, os problemas políticos e sociais que são fundamentais para se compreender a maciça emigração italiana nos séculos

XIX e XX. Ainda assim, é importante notar que a questão emigratória nunca foi vista de forma tão homogênea pelas classes dirigentes italianas como quer essa literatura de “denúncia”.

De fato, o problema emigratório foi o centro de imensas discussões dentro da Itália e recuperar tanto a evolução temporal do debate (o período liberal, as diferentes fases do vinteno fascista etc.) como seus efeitos no relacionamento da Itália com os emigrantes e seus filhos espalhados pelo mundo é tarefa-chave para podermos cumprir o objetivo deste texto, ou seja, entender, em linhas gerais, como os interesses internacionais da Itália e sua política migratória se fundiram no interior da política externa italiana.

Nesse sentido, abordarei inicialmente os debates sobre a questão migratória na Itália pós-unificação e, especialmente, como os emigrantes foram pensados como instrumentos da política externa e do poder italianos. Posto isso, passarei às mudanças e permanências que o regime fascista imprimiu às políticas do Estado liberal e os efeitos de tais políticas (do Estado liberal e do Estado fascista) na política externa da Itália e no relacionamento desta com as coletividades italianas espalhadas pelo mundo, o que nos dará um quadro geral de grande utilidade.

A Emigração Italiana no Período Liberal: Leis e Debates

No início da história da Itália unificada, a legislação sobre a emigração é virtualmente inexistente, o que é coerente com a pouca emigração de massa verificada até então. Pelo mesmo motivo, também os debates sobre a questão no interior das classes dirigentes italianas são apenas incipientes no período pré-1888 (Migliazza, 1983; Serra, 1983).

Como ressaltado por outros autores (Annino, 1974), porém, essa lacuna se deveu também aos contrastes e questionamentos que a questão migra-

tória suscitava nos dirigentes italianos. De fato, a velha política de emigração do Reino, sob Cavour (que a via como positiva), não dava mais conta de um fenômeno crescente e o debate sobre sua positividade atravessou o país para, só então, desembocar no Parlamento (Manzotti, 1982), o que se refletiu em uma certa demora do Estado italiano em reagir ao problema.

Esse debate, que adquiriu contornos-chave dentro da política da época por relacionar-se diretamente com questões como a estrutura social e a política italiana do período, o *Mezzogiorno*, a identidade nacional italiana etc. (Franzina, 1995:159; Ciuffoletti e Degl'innocenti, 1979), atravessou os anos 1870 e 1880 e só começou a enfraquecer-se no final desta última, quando se percebeu que a emigração havia atingido nível tal que dificilmente poderia ser interrompida pela ação estatal e, especialmente, que ela podia trazer mais benefícios que danos à estrutura econômica e social italiana (Audenino e Corti, 1994:40-53). Desconfiança e medidas policiais de controle predominaram, porém, nesse período (Ciuffoletti e Degl'innocenti, 1979).

A lei de 1888 refletiu essa difícil vitória dos defensores da emigração dentro da estrutura de poder do Estado italiano. As enormes discussões sobre ela no Parlamento (Manzotti, 1982, item IV) mostram, porém, como o debate ainda não se havia esgotado nos meios intelectuais, financeiros e políticos da Itália⁴. De qualquer forma, a visão positiva da emigração foi, lentamente, se impondo (Annino, 1974).

Essa lei, na realidade, foi uma emanção direta do caráter liberal que marcava a vida política italiana no período: a liberdade de emigrar seria parte da liberdade no campo do trabalho e, com poucas exceções, não havia por que interferir no processo a não ser com medidas de disciplina e regulamentação (Migliazza, 1983). Por isso mesmo, essa lei foi muito criticada tanto por contemporâneos como por analistas posteriores (Quasi, 1983; Annino, 1974).

Uma nova lei sobre a emigração foi promulgada em 1901. Ela aprimorou a anterior no que diz respeito à regulamentação do fenômeno emigratório na Itália e levou à criação de órgãos próprios para exercer o papel de protetor dos emigrantes, como o *Comissariato Generale dell'emigrazione* (Ostuni, 1981; 1983).

Esse esforço em disciplinar o fluxo emigratório, mas sem o desejo real de bloqueá-lo, prosseguiu, de todo modo, nas primeiras décadas do século XX, assim como o debate intelectual e político sobre seus vários aspectos. Ainda assim, como já explicitado, a preponderância dos que viam a emigração como um bem para o país (remessas financeiras, mercados para produtos italianos, válvula de controle dos problemas sociais) foi crescendo continuamente nesse período (Manzotti, 1982; Albonico e Rosoli, 1994).

A lei de 1901 aumentava a ação do Estado em face da emigração, mas não previa um grande trabalho de tutela e apoio aos emigrantes após seu desembarque em terra estrangeira (Quasi, 1983). No início do século, o governo Giolitti promulgou várias outras leis aumentando a ação estatal *vis-à-vis* os emigrantes e assumindo alguma tutela jurídica sobre os mesmos (Migliazza, 1983). Ainda assim, a falta de atenção real do Estado italiano diante da situação dos italianos no exterior continuou⁵, gerando um vácuo que foi preenchido por órgãos privados da Igreja e do Partido Socialista⁶.

A atuação socialista teve menor amplitude, concentrando-se, basicamente, na reflexão teórica sobre o fenômeno emigratório (ver D'Atorre, 1974; Degl'innocenti, 1974) e no trabalho de catequese socialista entre os trabalhadores italianos emigrados na Europa⁷, deixando os italianos emigrados além-oceano com a recomendação de aderirem aos Partidos Socialistas nos seus novos locais de residência (ver Ragionieri, 1962)⁸.

A grande organização que preencheu o espaço vazio deixado pelo Estado italiano no que diz respeito à tutela dos italianos nos países de imigração foi, assim, a Igreja Católica que, por intermédio de organizações de

missionários, como a Congregação dos Escalabrinianos (1887), a *Opera Bonomelli* (1900) e a *Italica Gens* (1909) e de outros grupos como os salesianos e os jesuítas, atuou maciçamente, seja na Europa, seja na América, para proteger os italianos e manter sua italianidade, identificada com a fé católica⁹.

Podemos perceber, de qualquer forma, como a questão da emigração suscitou amplos debates entre a classe dirigente italiana. Um aspecto destes nos interessa de forma especial: o da possibilidade de usar a emigração como instrumento da política externa ou, mais especificamente, como agente para a expansão imperialista da Itália.

A Emigração e a Política Externa da Itália Unida

O final do século XIX e o início do XX viu o imperialismo afirmar-se entre as nações européias, com a procura de mercados, de locais para investimentos lucrativos do capital excedente e de matérias-primas se articulando com uma busca de prestígio e conquistas capazes de saciar o crescente espírito nacionalista que varria a Europa naquele momento. O resultado da fusão entre interesses econômicos e desejos de prestígio político foi a corrida colonial e imperialista entre os Estados europeus.

A Itália recém-unificada não poderia, como potência européia, ficar à margem dessa corrida. O imperialismo italiano teve, porém, características muito particulares. Em primeiro lugar, é evidente que, apesar de ser, talvez, um pouco exagerada a afirmação de que o imperialismo italiano foi desprovido de bases econômicas, tendo sido, fundamentalmente, um imperialismo artificial, movido pelo desejo do governo e da opinião pública italianas de equipararem-se às outras nações européias (Castronovo, 1981), não resta dúvida de que era um imperialismo *sui generis*, no qual o Estado tinha papel-chave na sua promoção, e de que não se originou diretamente das necessidades do capitalismo

italiano (Aquarone, 1970; 1981; Ciuffoletti e Degl'innocenti, 1979; Castronovo, 1981).

Outra característica peculiar do imperialismo italiano foi a tentativa de incorporação da emigração dos italianos à sua estrutura imperial. Tal relação emigração/expansão imperialista foi tema de debate em vários países europeus no período, mas na Itália ela foi particularmente acentuada (Annino, 1976), formando o que Richard Bosworth (1991) chamou de “política externa dos pobres”.

Segundo alguns autores (Ciuffoletti e Degl'innocenti, 1979; Aquarone, 1970), foram justamente essas ambigüidades do imperialismo italiano que levaram a profundos debates sobre os caminhos que ele deveria seguir: um imperialismo tradicional de conquista, dirigido prioritariamente à África ou um expansionismo pacífico, por intermédio dos emigrantes, criando uma “Nova Itália” no exterior e, mais especificamente, na América do Sul?

Para diversos estudiosos (Aquarone, 1981; Castronovo, 1981), a emigração não teria sido apenas um dos aspectos da participação italiana na corrida imperial dos séculos XIX e XX, mas o próprio eixo da discussão sobre essa política, com a busca de espaços para a emigração induzindo tanto os defensores do imperialismo tradicional, de conquista, como os adeptos da expansão pacífica via emigração. Isto parece difícil de ser aceito — uma vez que minimiza a polêmica sobre colônias de exploração ou de povoamento no período —, mas é evidente que o tema “emigração” esteve conectado ao tema “imperialismo” em um patamar desconhecido em outros países europeus.

O relacionamento entre emigração, italianidade e imperialismo foi, realmente, um tema recorrente no debate sobre a emigração na Itália nos séculos XIX e início do XX e merece ser estudado em detalhe, dada a forte influência que teve no movimento nacionalista e no fascismo, influenciando-os na elaboração de suas políticas de emigração e de expansão (Gentile, 1986).

A questão do uso dos emigrantes como fator de política externa começou a ser trabalhada, ainda que de forma embrionária, mesmo antes da unificação da Itália. De fato, já nos anos 1840, o Reino da Sardenha pensava em utilizar a emigração ligure para defender os interesses sardos na América Latina (Blasetti, 1984; Marocco, 1986:13; Moreno, 1987).

A referência aos ligures nesse período não é casual, pois foram realmente os armadores genoveses os primeiros a acalentar a idéia (no período anterior e imediatamente posterior à unificação italiana) de que o desenvolvimento do comércio e do transporte naval pela emigração para a América Latina dariam prosperidade à Itália (Annino, 1976; Ciuffoletti e Degl'innocenti, 1979; Dore, 1968).

Essas idéias liberais sofreram transformações no decorrer do século XIX e se espalharam para outros setores econômicos e intelectuais da sociedade italiana, que as discutiram e modificaram. Surgiram, então, por exemplo, as teorias do movimento industrialista de Rossi e Luzzatti, defensores da emigração e da expansão pacífica visando absorver os excessos de mão-de-obra surgidos no desenvolvimento industrial e gerar os mercados necessários para colocar os produtos italianos (Annino, 1976); os trabalhos de vários intelectuais ligados à *Società Geografica Italiana* ou aos próprios armadores genoveses, que começaram a desenvolver idéias sobre a necessidade de maior atenção da sociedade e do Estado italianos às áreas de "expansionismo pacífico" (colocando estações militares nas rotas marítimas, por exemplo), mas ainda se mantendo firmes na defesa da colonização pacífica em detrimento do imperialismo militar para a África (Ferrari, 1983; Surdich, 1983).

Nos anos 1880 e 1890, de qualquer forma, o mito da "Grande Itália" começou a adquirir contornos mais políticos ao lado dos comerciais (Trento, 1988), e a força da argumentação a seu favor parecia crescer à medida que milhões de italianos estavam presentes ou prestes a chegar à América do Sul. Uma citação da famosa revista *Nuova Antologia*, de 1889, é paradigmática dos argumentos e da força dessa corrente:

“A força da expansão colonizadora da nossa raça deu bela prova de si na América Latina: lá, uma nova Itália vai surgindo. Seríamos cegos se deixássemos de concentrar lá os nossos esforços em vez de desperdiçá-los em outros lugares em empreendimentos tímidos ou desproporcionais aos nossos meios. Na América Latina existem — ao menos por agora — as condições mais adequadas à nossa colonização: os fatos o provam. Todo aquele mundo — que tem ainda tanto futuro diante de si — será, para nós, conquista de uma pacífica luta econômica [...]” (Barone *apud* Vernassa, 1980:17).

As políticas “africanistas” tiveram, porém, mais força, por diversas razões, durante a primeira metade da década de 1890 (Dinucci, 1979; e Annino, 1976). A derrota do exército italiano em Adua, em 1896, porém, reverteu as posições, e os defensores da “colonização livre” assumiram o predomínio dentro do debate¹⁰, justamente no momento em que este se revestia de importância ainda maior por ser, nos dizeres de Alberto Aquarone (1981) e Giuseppe Are (1985), o da real descoberta, pela opinião pública, da questão imperialista na Itália.

O período 1896-1911 representou, contudo, o último estágio de uma idéia que ia lentamente perdendo força. De fato, a crescente ascensão dos nacionalistas na vida política e intelectual italiana e da idéia imperialista clássica na Europa; a diminuição do número de emigrantes para a América do Sul e sua rápida assimilação; e a falta de recursos italianos para apoiar a instrumentalização dos emigrantes foram, progressivamente, demonstrando a falência da idéia da “colonização livre”, falência esta que teve seu ponto terminal com a conquista italiana da Líbia em 1911¹¹.

É importante notar que, do mesmo modo que o debate intelectual ia se desdobrando e alterando com o tempo, também as forças políticas e econômicas que se situavam e posicionavam dentro dele foram se modificando. De fato, os interesses políticos e econômicos dos meios agrários do Sul, da burguesia industrial do Norte/grande indústria, do importante grupo dos armadores e da construção naval etc. não só se refletiam no debate intelectual como se transformavam em função dele,

assim como da própria correlação de forças e evolução do capitalismo italiano¹².

Também deve ser destacado que o conceito de “colonização livre” era dirigido preferencialmente à América Latina¹³ e que idéias de colonizar com emigrantes, por exemplo, os Estados Unidos foram logo descartadas dada a “superioridade” da cultura anglo-saxã (*vis-à-vis* a “inferioridade” dos sul-americanos); o fato de as redes de navegação da Itália para a América do Norte não estarem sob o controle italiano (o que tornava a emigração para os EUA desinteressante para os armadores italianos); pela América Latina ser um local mais apropriado para uma política de poder; e pelo vazio demográfico argentino estar sendo preenchido por emigrantes do Norte da Itália, considerados mais aptos a realizar a “transferência civilizacional” do que os camponeses do Sul que iam para os EUA, os quais eram, além disso, uma nação já formada¹⁴.

Outro dado fundamental sobre esse debate colonização livre *versus* expansionismo clássico é que o interesse pela construção da “Nova Itália” na América Latina não era exclusivo dos adversários da política africanista. Esse interesse também foi dividido por setores da opinião pública e da classe dirigente que apoiavam a colonização direta, mas que não descuidavam das excelentes oportunidades que a emigração oferecia. Ou seja, apesar de haver “puristas” de lado a lado e momentos, como vimos, de domínio de uma corrente sobre a outra, as duas concepções não eram sempre excludentes, sendo possível fazê-las conviver no interior de uma concepção imperialista maior¹⁵, e até mesmo dentro da política estatal, como fez o governo Crispi¹⁶.

Essa confluência se refletiu, aliás, na indeterminação sobre que produto final seria gerado pela emigração italiana na América Latina. De fato, ao lado de firmes defensores do “imperialismo pacífico” italiano baseado na emigração, nos laços culturais e no comércio¹⁷, não faltaram os que viam, no final do processo, uma conquista militar italiana das “colônias livres” americanas¹⁸. Não houve sempre, assim, uma dicotomia entre

idéias de colonização livre na América e imperialismo na África. A própria colonização na América do Sul deveria assumir, para alguns autores, característica de domínio político e econômico se houvesse oportunidade, o que revela tanto essa curiosa especificidade do imperialismo italiano (a questão emigratória) como a sua inequívoca filiação ao corpo teórico do imperialismo europeu do século XIX.

Todo esse debate se constituiu na matéria-prima com que os fascistas construíram sua política de relacionamento com os emigrantes e seus filhos espalhados pelo mundo. Ele não foi, porém, incorporado diretamente pelo ideário fascista, mas através da mediação de um outro grupo político de fundamental importância na Itália do início do século: os nacionalistas.

Os Nacionalistas e a Questão Emigratória

A Associação Nacionalista Italiana surgiu oficialmente em 1910, mas desde décadas anteriores (especialmente depois da derrota de Adua, em 1896) pensadores diversos vinham criando as bases de um pensamento nacionalista italiano. Destes pensadores, o grande destaque foi Enrico Corradini, incansável no seu esforço de defesa do expansionismo italiano e de reorganização interna da Itália no sentido de um Estado forte e de uma sociedade italiana mais coesa e integrada (Paris, 1976:26-34).

Com relação à questão emigratória, é conhecida a forte oposição dos nacionalistas à mesma e sua obstinada defesa de conquistas imperialistas clássicas em detrimento das “colônias livres”. De fato, por todo o início do século, os nacionalistas trabalharam febrilmente para anular a idéia da emigração como criadora de um império italiano na América Latina e demonstrar não só que ela era um desperdício para a nação ao dispersar o sangue italiano pelo mundo, como que a única solução para as necessidades econômicas e demográficas italianas era o expansionismo direto.

Como já explicitado, Luigi Villari e Enrico Corradini eram os principais expoentes dessa perspectiva, sendo que o último chegou a escrever que:

“A emigração significa parte do trabalho italiano abandonado a si mesmo, por toda parte; a conquista das colônias significa, ao contrário, que o trabalho italiano está sendo acompanhado, no mundo inteiro, por outras forças da nação italiana e pela própria nação.” (*apud* Paris, 1976:31)

Na realidade, porém, os nacionalistas tinham mais pontos de contato com os defensores da “colonização livre” do que gostariam, talvez, de admitir. Realmente, não só críticos e defensores da “colonização livre” enfrentavam o mesmo problema (a ação italiana no mercado imperialista global), como várias das idéias dos nacionalistas foram criadas a partir da absorção e reelaboração de várias propostas e idéias geradas nesse grande debate sobre a questão que envolveu a Itália por tantos anos. De fato, idéias como a nação como corpo em expansão, a Itália como a “Grande proletária” em busca de seu lugar ao sol e outras só puderam ser incorporadas ao ideário nacionalista a partir de elementos levantados nesse debate e isso deve ser ressaltado (Annino, 1976; Castronovo, 1981; Bosworth, 1991).

Outro ponto a ser destacado é que a posição dos nacionalistas em face da emigração não era sua simples e absoluta recusa. De fato, não só as posições nacionalistas diante da questão sofreram modificações com o tempo (sendo mais suaves entre 1903 e 1908 e mais intensas posteriormente) (Gentile, 1986), como eles acabaram incorporando a emigração em seu raciocínio imperialista: a emigração era algo negativo e a prioridade era a conquista real de colônias, mas os emigrantes haviam tido a coragem de iniciar um novo tipo de imperialismo e a Itália tinha de se aproveitar disso (Franzina, 1995:178-180).

Esse aproveitamento só se daria, porém, se a migração pudesse ser transformada e instrumentalizada em arma de conquista ou, ao menos, de ampliação da influência italiana no mundo (Milza, 1989). Tal condição implicava, por sua vez, a manutenção da italianidade dos emigrantes e seus filhos e a disciplinarização deles pelo Estado. Sem a

continuidade dos contatos e a tutela dos emigrantes, a emigração seria realmente um dreno inútil das forças da nação e não poderia servir, assim, à expansão italiana no mundo (Gentile, 1986)¹⁹.

A consciência dessas nuances no pensamento nacionalista sobre a emigração é fundamental para nosso estudo da política de emigração fascista. De fato, os fascistas retomaram, para criar seu ideário próprio, boa parte das propostas e idéias dos nacionalistas (Salvemini, 1966; Burgwyn, 1997, Introdução) e a questão emigratória não foi exceção. Claro que seria absurdo achar que o fascismo fez uma simples cópia das idéias nacionalistas sobre o assunto, mas é inegável que uma das fontes onde o fascismo bebeu para construir sua base ideológica²⁰ e sua política de emigração foi o pensamento nacionalista, conservando as diretrizes básicas de usá-la como instrumento de prestígio e de desenvolvimento da Itália (Gentile, 1986).

A política de emigração fascista, porém, não só não se manteve sempre estática e fiel à sua origem predominantemente nacionalista (variando com o tempo), como houve interpretações, condições políticas dadas e outros fatores que a condicionaram, o que nos obriga a um exame mais detalhado da mesma.

A Política de Emigração Fascista

Os primeiros anos de regime fascista assistiram, no que se refere à política emigratória, à manutenção de algumas das diretrizes anteriores da Itália liberal (Cannistraro, 1979; Briani, 1970; Nobile, 1974; e Bianchi, 1994). De fato, o regime e seus pensadores foram pródigos, no início da década de 20, em ressaltar a absoluta necessidade da emigração para a economia e a sociedade italianas. Nesse sentido, o próprio Mussolini dizia em 1923:

“Boa ou má que seja a emigração, é uma necessidade fisiológica do povo italiano. Somos quarenta milhões presos em nossa adorável península que não pode nutrir

**A Migração Internacional como Fator
de Política Externa...**

a todos. E então se compreende como o problema da expansão italiana no mundo é um problema de vida ou morte para a raça italiana. Digo expansão; expansão em todos os sentidos: moral, política, econômica, demográfica. Declaro aqui que o governo italiano pretende tutelar a emigração italiana; esse não pode mais desinteressar-se daqueles que atravessam os montes e se dirigem para o lado de lá do oceano; não pode desinteressar-se porque são homens, trabalhadores e, sobretudo, italianos [...]. E onde quer que haja um italiano lá está a bandeira tricolor, lá está a Pátria, lá está a defesa do governo para esses italianos” (Arena, 1927:X)²¹.

O regime, porém, não só não se contentou em aceitar a emigração como uma necessidade do país, como empreendeu intensos esforços para manter abertas as portas dos países de imigração aos italianos. Nesses esforços devem ser incluídas as Conferências de Emigração de 1924 e 1927 (Bianchi, 1994) e todo um trabalho para, ao menos em teoria, preparar o emigrante italiano para a disputa por um lugar ao sol em um quadro internacional de contínuo fechamento dos espaços de migração (Franzina, 1994:236-237; Bianchi, 1994; De Michelis, 1927; e Sulpizi, 1923).

No âmbito dessa política, o fascismo parece ter absorvido algumas das idéias dos nacionalistas sobre como a emigração era um mal, mas que, já que era uma necessidade obrigatória da Itália e não podia, assim, ser bloqueada, era imperativo retirar dela a maior quantidade possível de benefícios para a Pátria mãe (Gentile, 1986; Cannistraro e Rosoli, 1979). Ou, nos dizeres de Mussolini:

“A emigração é um mal, porque empobrece a nação de elementos ativos que vão ao exterior para se tornarem os glóbulos vermelhos de anêmicos países estrangeiros. Este mal pode ser minimizado com a organização e tornar-se um peso a nosso favor no plano internacional”²².

O fascismo também desenvolveu, com base provavelmente na idéia nacionalista da “Pátria em expansão”, toda uma mística da emigração como expressão não da debilidade, mas sim da vitalidade da raça italiana no mundo²³. Talvez seja um exagero atribuir a esse primeiro expansionismo fascista uma derivação direta das velhas concepção de “coloniza-

ção pacífica”²⁴, mas parece provável que aquele velho debate, filtrado e reelaborado pelo pensamento nacionalista, foi uma das bases para essa concepção fascista de um expansionismo mais ou menos pacífico, via comércio, cultura e emigração, que o regime adotou na primeira metade dos anos 20²⁵.

Do mesmo modo, foi na fonte nacionalista que o fascismo recuperou a idéia de que, para os emigrantes se tornarem realmente símbolos e instrumentos do regime, era fundamental a retomada dos laços destes com a Pátria mãe e sua firme tutela (Damiani, 1979). A originalidade fascista foi a sua identificação da italianidade com o fascismo²⁶, o que o levou a combinar uma política de maior relacionamento e tutela dos emigrantes (já tradicionalmente defendida pelos nacionalistas) com uma associação da idéia de Pátria italiana à idéia de fascismo²⁷.

Essa política de emigração fascista vai sofrer uma notável alteração a partir do final dos anos 20, quando o regime recuperou a visão da emigração como um dreno inútil dos recursos da nação e começou a adotar medidas para dificultar um movimento que já vinha declinando, de qualquer forma, devido aos mecanismos de controle dos países de imigração, especialmente os Estados Unidos²⁸.

Essa nova diretriz fascista sobre a emigração — considerando-a um mal e preferindo a colonização interna e a do Império (ver Alessandri, 1936; Cantalupo, 1940; Bastianini, 1939; Brenna, 1928; Fiorentino, 1931; Pedrazzi, 1942) — derivou, claramente, do contínuo afirmar-se das sempre presentes tendências imperialistas no fascismo dentro de um contexto em que o regime ia se consolidando e as possibilidades de emigração se restringindo rapidamente. A realidade objetiva do mercado de trabalho internacional e a lenta evolução ideológica do regime fascista em direção a um imperialismo de base demográfica foram levando, assim, a uma crescente oposição do fascismo à emigração²⁹ (Cannistraro, 1979; Cannistraro e Rosoli, 1979; Damiani, 1979; Finkelstein, 1988; Bianchi, 1994; Nobile, 1974; e Mastellone, 1992).

**A Migração Internacional como Fator
de Política Externa...**

Apesar dessa nova política demográfica e de emigração, o interesse fascista pelos italianos no exterior não diminuiu. Pelo contrário, a busca de lealdade dos emigrantes e seus filhos cresceu sem parar no período considerado (Cannistraro, 1975; 1979; Rosoli, 1986). De fato, o aumento dos esforços fascistas para controlar as coletividades italianas no exterior e transformá-las em instrumento da política externa de Roma (e, possivelmente, de difusão da ideologia fascista), não estava em oposição ao objetivo de bloquear a emigração permanente, mas era, sim, um complemento a este, no sentido de que “recuperava” mais italianos para a Itália e aumentava suas forças para a luta imperialista com as outras nações³⁰.

A intensidade da propaganda fascista ressaltando essa nova conquista do fascismo, ou seja, sua habilidade em reconectar os emigrantes italianos e seus filhos com a Pátria mãe, dificilmente poderia ser reconstruída em um único parágrafo, pois realmente varreu a imprensa e a literatura fascista durante a vigência do regime (ver, p. ex., Figli, 1934; Parini, 1935; Orano, 1938). É curioso notar, porém, que mesmo entre os propagandistas e pensadores fascistas começaram a surgir, desde cedo, vozes admitindo que, sem fluxos renovadores de migrantes italianos e com a assimilação rápida destes (e, especialmente, dos filhos de italianos) no exterior, a batalha pela manutenção da italianidade entre os italianos fora da Itália estava, desde o seu início, perdida e que tudo o que o fascismo poderia fazer era tentar se adaptar a isso.

De fato, já em 1931, Margheritta Sarfatti questionava-se, durante viagem ao Brasil, sobre a validade de enviar emigrantes a locais onde, depois de uma geração, nada mais restava da italianidade (Sarfatti, 1931). Vários outros autores (Foà, 1937; Doria, 1937; De Zuani, 1938) também se lamentaram amargamente sobre como os *oriundi* da América Latina estavam não só “perdidos” para a Itália como, o que era pior, se haviam convertido em fervorosos nacionalistas em seus países de adoção.

Essa situação levou vários pensadores do fascismo a lúcidas reflexões sobre como o regime devia estar ciente de que não poderia exigir demais

dos italianos no exterior ou, ao menos, das antigas e assimiladas colônias do continente americano. Realmente, autores como Carlo Foà (1937), por exemplo, defendiam que, no caso brasileiro, fosse estimulada a fusão da comunidade italiana à sociedade brasileira para que esta se convertesse em amiga da Itália, enquanto outros, como Americo Ruggiero (1937), analisavam a situação dos italianos nos Estados Unidos, chegando à conclusão que era impossível manter a italianidade em uma comunidade que se assimilava mais e mais, e que o máximo que poderia ser feito seria utilizá-la como meio para manter a civilização italiana no novo continente.

É na obra do embaixador Cantalupo (1939), porém, que fica evidente como muitos fascistas estavam convictos da contínua assimilação dos italianos, da pouca capacidade destes para influenciar a política dos seus países de adoção em prol da Itália e como, apesar dos imensos esforços fascistas, a batalha pela italianidade estava desde o início perdida. É a partir dessa consciência que parece ter surgido, aliás, a idéia de que só o retorno dos emigrados e seus filhos à Itália poderia salvá-los para a italianidade e para o fascismo. Essa política chegou a ser esboçada em 1939, com o surgimento da *Comissione Permanente per il rimpatrio degli Italiani all'estero* (Briani, 1970:122-124), o que confirma o fato de muitos fascistas estarem, no fim dos anos 30, começando a ter consciência de que o intenso esforço do regime durante vinte anos para “recuperar” os italianos do exterior para a Itália havia, em linhas gerais, falhado e que uma nova política era necessária³¹.

De qualquer forma, o que é visível nesse estudo da política de emigração fascista é que, à parte um fundo genérico constante (recuperar os emigrantes e seus filhos para a Itália e difundir e valorizar a imagem da pátria e do fascismo no exterior por seu intermédio), o relacionamento e os objetivos da Itália fascista em relação aos emigrantes apresentam variações temporais significativas, no que refletem, como visto, a própria evolução da política externa e da ideologia do regime.

Mais interessantes que as variações temporais, contudo, foram as contínuas adaptações do fascismo a essa política geral de usar os emigrantes como instrumento de prestígio e poder para a Itália. De fato, as condições reais em que a política exterior italiana atuava, os diferentes objetivos italianos em cada país de migração italiana e as situações políticas diversas fizeram o discurso geral da Itália fascista sobre os emigrantes apresentar nuances incrivelmente distintas de região para região de migração italiana.

A constatação dessa adaptabilidade da política fascista de conectar os italianos no exterior com a política externa italiana é muito importante no sentido de romper com o discurso dos antifascistas e demais inimigos do fascismo, o qual, por razões políticas de momento, bastante compreensíveis, mas que não correspondiam à realidade, insistia em classificar toda ação fascista entre os emigrados como uma tentativa de angariar novos soldados para o Exército italiano³² ou, o que era mais comum, de tornar os italianos no exterior quinta-colunistas, espões e vanguardas das tropas de ocupação fascistas³³.

Que o fascismo não deixava de considerar as vantagens do uso dos italianos no exterior para seu exército³⁴ e que, provavelmente, teria desejado, em caso de vitória na guerra, que eles fossem a vanguarda da ocupação italiana em alguns lugares, é inegável³⁵. A realidade, porém, é que os objetivos e ações do governo fascista eram muito mais maleáveis e adaptáveis do que podem parecer à primeira vista.

No caso dos países situados na esfera imediata dos interesses imperiais italianos, por exemplo, o objetivo do governo fascista parece ter sido, realmente, o de utilizar os emigrantes italianos como força de espionagem e quinta-coluna, à espera da futura chegada das tropas italianas. Esse foi, sem dúvida, o caso da Tunísia (Bessis, 1983; Pedrazzi, 1929:13-24; Rainiero, 1978). Isso não quer dizer, é claro, que a coletividade italiana na Tunísia estivesse realmente disposta a cumprir esse papel, mas é inegável que o esforço fascista para conquistar esses

emigrantes foi muito mais intenso e ostensivo (inclusive para amedrontar e pressionar a França) que em outros lugares.

O mesmo pode ser dito da ilha de Malta (Gallo, 1970:74-77) e, especialmente, da Suíça, onde os fascistas italianos, apesar do cuidado em não se associar abertamente àqueles que desejavam a secessão do Ticino e sua absorção pela Itália, foram extremamente agressivos na sua política de conquista dos italianos locais e dos suíços de língua italiana e de apoio aos fascistas locais do coronel Fonjallaz (Ceruti, 1986). Como na Tunísia, tal agressividade só pode ser explicada se nos recordarmos do contínuo desejo fascista de anexar efetivamente tais regiões em um futuro grande Império italiano.

No caso francês, o governo fascista opunha-se abertamente à naturalização e à integração dos emigrantes italianos na sociedade francesa, tendo buscado a criação de um verdadeiro Estado italiano dentro do Estado francês (Carocci, 1969:28-29). Algumas idéias de utilizá-los como força de vanguarda de uma ofensiva italiana não deixaram de surgir (Gallo, 1970), especialmente nas regiões fronteiriças (Schor, 1988; 1988a), mas, na realidade, a atuação dos fascistas italianos na França não só refletiu diretamente o estado das relações entre Roma e Paris como foi instrumento dessas relações (Milza, 1983). Isso foi tão real que se cogitou o retorno dos italianos da França à Itália como maneira de salvá-los de uma assimilação que os fascistas não conseguiam evitar e procurou-se a sua instrumentalização, já nos anos 40, no âmbito do relacionamento da Itália com a Alemanha e o regime de Vichy (Mantelli, 1994).

Na América Latina, a questão era mais complexa. O regime debateu continuamente o que se poderia esperar dos milhões de italianos e filhos de italianos residentes no Brasil³⁶, Argentina, Uruguai e outros países (Albonico, 1982) e parece ter sido dominante a opinião de que não se deveria esperar muito deles (Guerrini e Pluviano, 1994:382-383), restando apenas tentar retardar o inevitável processo de desnacionalização das colônias e usá-las como ponta-de-lança para a difusão da idéia

fascista junto à opinião pública e a obtenção do máximo possível de influência italiana³⁷.

A distância, a fraqueza militar italiana e a presença hegemônica dos Estados Unidos (associadas à menor inserção dos italianos no processo eleitoral dos países latino-americanos e, especialmente, à sua incapacidade/resistência de atuar em bloco e em sentido pró-fascista na política de seus países) fizeram, assim, com que os objetivos da Itália fascista, em relação às suas colônias na América Latina, fossem relativamente modestos e adaptados à situação local das mesmas.

Mesmo dentro da América Latina a política italiana era flexível. De fato, enquanto no Brasil a existência de um forte movimento fascista local levou o governo italiano a investir mais na propaganda e nas relações com esse movimento e o *Estado Novo*, a situação, por exemplo, no Peru era diversa, com a falta de um movimento fascista dinâmico como no Brasil, fazendo Roma apostar suas fichas mais na capacidade de influência dos italianos locais e na relação com o governo Benevides do que no fascismo local (Cicarelli, 1990).

Também na Argentina e no Paraguai a situação era diversa da brasileira, com os fascistas argentinos recebendo, possivelmente por estarem longe da possibilidade de atingir o poder, pouca atenção de Roma, que também ignorava o Paraguai (Newton, 1992:135; e Seiferheld, 1985; 1986). A política italiana adaptava-se, pois, aos interesses estratégicos da Itália e à situação de cada país³⁸.

O caso mais emblemático, porém, da maleabilidade da política fascista para os italianos no exterior é o americano. Os Estados Unidos reuniam, de fato, algumas características que levaram o governo fascista a fazer uma adaptação especial de suas idéias para o contexto americano. Realmente, não só os EUA eram de fundamental importância para a política externa e a economia italianas (Damiani, 1979; 1980; Bicocchi, 1974; Schmitz, 1988 e, especialmente, Migone, 1971; 1976; 1980) como, ao contrário da América Latina, seu sistema político permitia aos italianos

uma forte presença no processo eleitoral e na política local (Venturini, 1984; 1985).

Tal situação levou o regime italiano a enormes concessões dentro de sua política emigratória em geral. Realmente, ele não só aceitou a abolição — ao menos oficialmente — dos *fasci all'estero* no país para evitar reações nacionalistas americanas (Migone, 1971; Cannistraro, 1995), como estimulou a naturalização (mas não, claro, a assimilação) dos italianos e sua participação maciça no processo eleitoral americano em defesa dos interesses italianos. Ou, como dizia o embaixador Suvich, em 1937:

“Aquilo que interessa é ter conosco a grande massa dos italianos com os quais se pode contar para a ação que poderemos exercitar na política desse país em caso de guerra ou de outra grave crise que interesse à Itália. Ressaltar excessivamente nas formas exteriores das manifestações fascistas poderá, em vez de atrair a grande massa dos italianos, afastá-la”³⁹.

Essa força dos italianos na estrutura política americana vinha sendo observada com atenção pelo governo italiano já nos anos 20 (Salvemini, 1977:8-9) e revelou-se real na Guerra da Abissínia, quando a enorme pressão da comunidade ítalo-americana foi um dos fatores que mantiveram o governo americano longe do boicote da Liga das Nações (Norman, 1949; Harris, 1969; Ventresco, 1980; Kanawada, 1982). O fato de esse sucesso não ter se repetido quando da Segunda Guerra Mundial não diminui a acuidade e a habilidade dos planejadores da política externa fascista em adaptar-se à realidade e relacionar teoria e prática no âmbito das políticas externa e emigratória do regime, o que só seria abandonado com o início da República italiana em 1946.

Conclusão

Uma experiência singular de conexão de vários elementos de uma política de Estado para uso da política externa foi posta, portanto, diante dos nossos olhos. Certamente, o novo mundo das migrações internacio-

**A Migração Internacional como Fator
de Política Externa...**

nais do pós-Segunda Guerra Mundial não é mais o mesmo em que tal experiência foi colocada em prática pelos diferentes governos italianos posteriores à Unificação. Parece óbvio, também, que o contexto internacional sofreu profundas transformações entre o fim da experiência fascista e o momento atual e que tentativas de conectar emigração/imigração internacional com política externa, certamente, não serão iguais ao caso aqui apresentado. Ainda assim, a experiência italiana é singular, demonstrando que nem sempre a política internacional se faz apenas nos gabinetes refrigerados dos Ministérios das Relações Exteriores e que, muitas vezes, esses Ministérios não passam de coadjuvantes, tentando regularizar ou se aproveitar de processos gerados pela “política externa dos pobres”, ou seja, as migrações. Ter ajudado os estudiosos de política internacional a se aterem com mais atenção a essa realidade é o prêmio ambicionado por mim nesta tentativa de trazer uma rica experiência histórica do passado para iluminar o presente, o que é, na realidade, uma das funções da História no esforço das Ciências Humanas de tornar mais inteligível o novo século que se aproxima e que será definido, em boa parte, pelas grandes migrações internacionais e os grandes contatos interculturais.

(Recebido para publicação em fevereiro de 1998)

Notas

1. O autor era responsável pela área de política internacional da *Alleanza Nazionale*.
2. Vários geopolíticos italianos estão retomando a idéia de usar os emigrantes e seus descendentes em benefício da política exterior italiana (ver Riccardi, 1998; e Bianchi, 1998). Ver, também, a entrevista do subsecretário do Ministério das Relações Exteriores italiano Piero Fassino na mesma fonte.
3. Ver algumas reflexões iniciais do autor em Bertonha (1995; 1997).

- 4.** Note-se que esse debate se dava, inclusive, na esfera local. Para o caso umbro, ver Tosi (1983); para a região do Vêneto, ver Filipuzzi (1976) e Franzina (1976).
- 5.** Fabio Grassi (1973) mostra como o governo Giolitti ampliou a proteção aos emigrantes, mas como acabou deixando, por razões de economia e coerência ideológica (pois não deveria caber ao Estado liberal sair de sua neutralidade nem combater a emigração, mas apenas discipliná-la), a tutela dos emigrantes às organizações privadas.
- 6.** Para informações adicionais sobre a questão da emigração na Itália liberal, ver, além dos textos citados, Briani (1970; 1978); Dore (1964:31-108); Sacchetti (1978) e Sori (1975; 1983).
- 7.** Para o caso suíço, ver Hugli (1982) e Mornati (1995); para a França, ver Di Lembo (1982).
- 8.** Para informações sobre a *Società Umanitaria di Milano* e seu trabalho de divulgação do socialismo entre os trabalhadores italianos na Europa, ver Audenino e Corti (1994:48-50).
- 9.** A bibliografia sobre esses grupos é imensa. Ver, a título de exemplo, os seguintes textos: Butarelli (1994); Perotti (1968; 1970); Rocca (1973); Trova (1981); Punzo (1983); Tomasi (1983) e Sacchetti (1974). Ver, também, os trabalhos de Gianfausto Rosoli (1979; 1980; 1982; 1983; 1984; 1987; 1990).
- 10.** Ver, para exemplo do bom momento da idéia da “colonização livre” e sua reelaboração no fim do século XIX e início do XX, as obras de Attilio Brunialti e Luigi Einaudi e o jornal *L'Italia Coloniale* e a discussão que tais publicações suscitaram. Ver, para esses autores e esse jornal, Dore (1968); Are (1985); Annino (1976a).
- 11.** Para mais detalhes sobre esses fatores, ver Annino (1976); Trento (1988); Grange (1983); Aquarone (1970); Rosoli (1972). Para as posições da elite italiana naquele momento, culpando os emigrantes pelo fracasso da idéia da colonização livre, ver Bertelli (1972); Del Vecchio (1972); Dore (1968).
- 12.** Ver Annino (1976) e Dore (1968). Para as posições do importantíssimo grupo constituído pelos armadores, ver Dinucci (1979); Grange (1983); Surdich (1980); Ratti (1973); e Ferrari (1983).
- 13.** A idéia da “Nova Itália” na América Latina visava, basicamente, o Uruguai e, especialmente, a Argentina (Sori, 1983). Havia também vozes, contudo, que defendiam a colonização do sul do Brasil. Ver Mortari (1904); Ubaldi (1911) e, especialmente, Surdich (1980; 1983).

**A Migração Internacional como Fator
de Política Externa...**

- 14.** Ver, para mais informações, Dinucci (1979); Dore (1968); Bosworth (1979:338); e Bertelli (1972).
- 15.** Na verdade, como mostra Aquarone (1970), a defesa da colonização pacífica não era normalmente feita (com algumas exceções) como aversão ao imperialismo real, mas por uma avaliação realista das possibilidades e instrumentos disponíveis pela Itália para participar da corrida imperialista.
- 16.** Crispi, de fato, parece ter compartilhado as teorias colonialistas diretas (participando da corrida colonial na África) e as da emigração para a América Latina ao empreender esforços para tutelar e proteger os emigrantes que para lá se dirigiam. Ver Grassi (1973; 1983) e Serra (1983; 1984). Essa política de Crispi contrastava com a política, por exemplo, de Giovanni Giolitti que, apesar de não ignorar completamente as políticas emigratórias e de apoio aos emigrantes (Grassi, 1973), não considerava a emigração como instrumento válido de política externa, o que o levou, aliás, a ser um alvo preferencial de ataque dos futuros formadores da política de emigração do fascismo, que aprovaram, porém, as políticas de Crispi.
- 17.** Ver, p. ex., os trabalhos de Luigi Einaudi em Dore (1968) e Are (1985).
- 18.** Ver Macola (1894) para um exemplo de época, e uma discussão a respeito em Ferrari (1983), Franzina (1976:268-304) e Are (1985). Ressalte-se, também, que nem sempre a política italiana para a América Latina era centrada na questão emigratória, como demonstra a participação italiana na intervenção da Venezuela em 1902-1903. Ver Albonico (1982a) e Vernassa (1980).
- 19.** Essa posição dos nacionalistas levou, no pós-Primeira Guerra Mundial, à criação da *Lega Italiana per la tutela degli interessi nazionali*, com o objetivo de unir os italianos no exterior em torno da Pátria mãe. Sobre a mesma, ver Fabiano (1985).
- 20.** O que não significa, porém, que essas idéias fossem 100% preponderantes. De fato, ainda nos anos 30 e 40, setores do Partido Nazionale Fascista (PNF) mais próximos aos ex-nacionalistas estavam em conflito com alas mais radicais do partido e do regime, os quais propunham um ativismo fascista maior na política externa e de emigração do regime (ver Veneruso, 1975).
- 21.** Ver outros exemplos de época desse discurso, em Falorsi (1924); De Michelis (1925); e Mussolini (1934, discurso de 1923).
- 22.** Prefácio de Mussolini em *Rapporto del Commissario Generale italiano per l'emigrazione per gli anni 1924-1925 apud* Cresciani (1979:11).
- 23.** Ver discurso de Mussolini, em 1925, em Alessandri (1936:20). Ver, também, Geraci (1925).
- 24.** Como propõe Ostuni (1981a:77-78).

25. Note-se que essa possibilidade de um expansionismo mais ou menos pacífico nesse início do regime fascista vai ser, com o tempo, abandonada em favor de um imperialismo mais direto e que, mesmo nos anos 20, essa política coincidia com ações imperialistas clássicas, voltadas, basicamente, para os Bálcãs e para o Mediterrâneo. Ver Burgwyn (1979); Carocci (1969); Cassels (1970); Di Nolfo (1960) e outros.

26. Que seria o único capaz de unificar, dada a sua concepção ideal ampla o suficiente para absorver todas as manifestações da raça, os italianos do exterior em torno da bandeira tricolor. Ver Di Marzio (1923) e Bastianini (1925); ver, também, Gentile (1986).

27. Ver Cantalupo (1940:302-306). Para os enormes esforços que os antifascistas italianos em ação no Brasil fizeram para tentar quebrar essa equação “italiano = fascista”, ver Bertonha (1992:157-160; 1996:66-72).

28. A queda da migração externa não deixou de ter efeitos, aliás, no próprio processo de consolidação do fascismo no poder. Ver Nazzaro (1972; 1974).

29. Para os números que atestam a forte queda da emigração na Itália fascista nos anos 30, ver Sori (1975; 1975a). Para os outros componentes da política demográfica do regime (o bloqueio às migrações internas e o incentivo à natalidade), ver Scarzarella (1977); Maggio (1977); Masi (1986); Bianchi (1994); e Treves (1980).

30. Para exemplos de época desse raciocínio, ver Di Marzio (1928); Nucci (1941); e Fiorentino (1931). Ver, também, Serra (1994). Para um viés de análise que considera que o governo fascista estava realmente mais interessado no controle e uso das coletividades italianas no exterior e menos na sua tutela (o que parece provável), ver Bianchi (1994).

31. Ver Cantalupo (1939; 1940); Bastianini (1939); Pedrazzi (1942). A coerência dessa nova política com o discurso do império fascista e a substituição de “um velho mal italiano”, a emigração, pela colonização deste, também é evidente. Para discussões entre os órgãos diplomáticos italianos no Brasil sobre a cada vez maior desagregação da colônia italiana local e a viabilidade de transferir os poucos italianos ainda “recuperáveis” para a África Oriental italiana, ver *Archivio Storico del Ministero degli Affari Esteri (ASMAE)/Affari Politici 1931-1945 (Brasil)*, b. 24, p. “Rapporti Politici”, 1940, diversos documentos.

32. Ver, p. ex., Dugfield (1929). O mesmo raciocínio é repetido por Diggins (1972: 131-132).

33. Ver, p. ex., as palavras de Fernando Schiavetti na Suíça, em Signori (1983:214) e as denúncias dos antifascistas italianos no Brasil sobre o “perigo italiano”, em Bertonha (1992:142; 1996:42-44).

**A Migração Internacional como Fator
de Política Externa...**

34. Como prova, por exemplo, o ofício do Ministero degli Affari Esteri de agosto/1933, perguntando a inúmeros consulados italianos espalhados pelo mundo com quantos italianos no exterior seria possível contar, como soldados, em caso de guerra. Ver Archivio Storico del Ministero degli Affari Esteri (ASMAE), Archivio Gabinetto 1923-1943, Parte Seconda (1930-1943), Série — Gabinetto del Ministro, b. 503, p. "Italiani all'estero".

35. Em 1936, uma legião de camisas negras (a 221^a) foi formada por italianos no exterior, tendo combatido na Guerra da Abissínia, com um saldo de 20 mortos, 105 feridos e 12 mutilados. Seria muito interessante um estudo monográfico, ainda inexistente, sobre ela. Há também referências a 7 mil italianos vindos do exterior lutando nas Forças Armadas da Itália na Segunda Guerra Mundial, o que também mereceria ser melhor estudado. Para essas informações, ver Grande (1937) e Del Boca (1979:452, 672, 704). Ver, também, "Il glorioso elenco degli Italiani all'estero caduti per la conquista dell'Impero", *Il Legionario*, vol. XIV, nº 39, 29/12/1936 e "I nostri vivi", *Il Legionario*, vol. XIX, nº 21, 15/11/1942.

36. Um texto específico do autor sobre a política externa fascista para o Brasil está disponível em Bertanha (1997).

37. O mesmo objetivo parece ter sido perseguido também em um outro cenário, onde o regime fascista italiano não podia ambicionar grandes glórias: a Austrália, onde o objetivo-chave do governo italiano era usar a coletividade italiana para difundir o fascismo e instrumentalizar a opinião pública local para os interesses da Itália (ver Cresciani, 1979:146-148).

38. O que era, aliás, percebido na época. Ver "U.S. Held Popular in Latin America", *The New York Times*, 26/7/1938, recorte localizado em PRO, FO 371/21457.

39. Archivio Centrale dello Stato/Pubblica Sicurezza 1920-1945, 1937, Suvich ao Ministero degli Affari Esteri, 15/2/1937 *apud* Tirabassi (1985:405). Ver, também, Ruggiero (1937).

Referências Bibliográficas

ALBONICO, Aldo. (1982), "Immagine e Destino delle Comunità Italiane in America Latina Attraverso la Stampa Fascista degli Anni 30". *Studi Emigrazione*, vol. XIX, nº 65, pp. 41-52.

_____. (1982a), "L'Intervento delle Potenze in Venezuela, 1902-1903". *Nuova Rivista Storica*, nº LXVI, pp. 583-593.

_____. e ROSOLI, Gianfausto. (1994), *Italia y America*. Madrid, Mapfre.

ALESSANDRI, Cesare. (1936), *Verso l'Impero del Lavoro — Emigrazione e Colonie*. Roma, s/e.

ANNINO, Antonio. (1974), "La Politica Emigratoria dello Stato Post Unitario". *Il Ponte*, vol. XXX, nº 11-12, pp. 1229-1268.

_____. (1976), "El Debate sobre la Emigración y la Expansión a la América en los Orígenes de la Ideología Imperialista en Italia (1841-1911)". *Jahrbuch für Geschichte von Staat, Wirtschaft und Gesellschaft — Lateinamerikas*, nº 13, pp. 189-215.

_____. (1976a), "Espansionismo ed Emigrazione Verso l'America Latina (L'Italia Coloniale, 1900-1904)". *Clio*, vol. XII, nº 1-2, pp. 113-140.

AQUARONE, Alberto. (1970), "The Impact of Emigration on Italian Public Opinion and Politics", in H. Nelli (ed.), *The United States and Italy: The First Two Hundred Years*. New York, s/e, pp. 133-146.

_____. (1981), "La Ricerca di una Política Coloniale Dopo Adua. Speranze e Delusioni fra Política e Economia", in *Opinion Publique et Politique Exterieur*. Roma, École Française de Roma, pp. 295-327.

ARE, Giuseppe. (1985), *La Scoperta dell'Imperialismo*. Roma, Edizioni Lavoro.

ARENA, Celestino. (1927), *Italiani per il Mondo*. Milano, Alpes.

AUDENINO, Patrizia e CORTI, Paola. (1994), *L'Emigrazione Italiana*. Milano, Fenice 2000.

BASTIANINI, Giuseppe. (1925), "I Fasci Italiani All'Estero — Il Valore di un Congresso". *Gerarchia*, vol. IV, nº 10, pp. 633-639.

**A Migração Internacional como Fator
de Política Externa...**

_____. (1939), *Gli Italiani All'Estero*. Milano, Mondadori.

BERTELLI, Lidio. (1972), "Cultura di Elite e Cultura di Massa Nell'Emigrazione Italiana Negli Stati Uniti", in *Gli Italiani Negli Stati Uniti*. Firenze, s/e, pp. 41-110.

BERTONHA, João Fábio. (1992), "Mazzolini vs. Piccarolo: Fascismo e Antifascismo a Confronto nella San Paolo degli Anni 20". *Letterature d'America*, n° 47-48, pp. 138-160.

_____. (1995), "A Geopolítica Latino-Americana: As Relações Brasil-Argentina". *Pensando o Brasil*, vol. IV, n° 13, pp. 11-13.

_____. (1996), "Contra o Fascismo e contra Mussolini: As Estratégias dos Socialistas Italianos de São Paulo na Luta contra o Fascismo, 1923-1934". *Textos de História*, vol. 4, n° 1, Brasília, pp. 39-73.

_____. (1997), "O Brasil, os Imigrantes e a Política Externa Fascista (1922-1943)". *Revista Brasileira de Política Internacional*, vol. 40, n° 2, Brasília, pp. 106-130.

BESSIS, Juliette. (1983), *La Méditerranée Fasciste — L'Italia Mussolinienne et la Tunisie*. Paris, Khartala.

BIANCHI, Andrea. (1998), "Alla Ricerca degli Oriundi Perduti". *Limes — Rivista Italiana di Geopolitica*, janeiro, pp. 21-30.

BIANCHI, Anne Marie. (1994), "L'Opinion Grenobloise sur l'Italia et les Italiens de 1938 a 1946", in G. Perona (ed.), *Gli Italiani in Francia, 1938-1946*. Milano, Franco Angeli, pp. 295-323.

BIANCHI, Ornella. (1994), "Fascismo ed Emigrazione", in V. Blenghino (ed.), *La Riscoperta delle Americhe. Lavoratori e Sindacato nell'Emigrazione Italiana in America Latina, 1870-1970*. Milano, Nicola Teti Editore, pp. 96-114.

BIOCCHI, Daria Frezza. (1974), "I Rapporti Italia-USA nel Periodo Fascista". *Studi Storici*, vol. XV, n° 1, pp. 184-194.

BLASETTI, Marco. (1984), "Il Regno di Sardegna e l'Emigrazione Verso le Americhe (1849-1861)". *Rassegna Storica del Risorgimento*, vol. LXXI, n° 3, julho/setembro, pp. 265-276.

BOSWORTH, Richard. (1979), *Italy — The Least of Great Powers; Italian Foreign Policy before the First World War*. London, Cambridge University Press.

_____. (1991), "Mito e Linguaggio nella Politica Estera Italiana", in R. Bosworth e S. Romano (eds.), *La Politica Estera Italiana (1860-1985)*. Bologna, Il Mulino, pp. 35-67.

BRENNNA, Paolo. (1928), *Storia dell'Emigrazione Italiana*. Roma, Mantegazza.

BRIANI, Vittorio. (1970), *Il Lavoro Italiano all'Estero Negli Ultimi Cento Anni*. Roma, Italiani nel Mondo.

_____. (1978), *La Legislazione Emigratoria Italiana nelle Successive Fasi*. Roma, Istituto Poligrafico dello Stato.

BURGWYN, H. James. (1979), *Il Revisionismo Fascista — La Sfida di Mussolini alle Grandi Potenze nei Balcani e sul Danubio, 1925-1933*. Milano, Feltrinelli.

_____. (1997), *Italian Foreign Policy in the Interwar Period, 1918-1940*. Westport/London, Praeger.

BUTARELLI, Aroldo. (1994), "Missionari Bergamaschi in Francia tra Emigrazione e Crisi Belica (1938-1946)", in G. Perona (ed.), *Gli Italiani in Francia, 1938-1946*. Milano, Franco Angeli, pp. 185-222.

CANNISTRARO, Philip. (1975), "Fascism and Italian Americans in Detroit, 1933-1935". *International Migration Review*, n° 9, pp. 29-40.

_____. (1979), "Fascism and Italian Americans", in R. de Felice (org.), *Cenni Storiche Sulla Emigrazione Italiana nelle Americhe e in Australia*. Milano, Franco Angeli Editore, pp. 125-142.

_____. (1995), "Per una Storia dei Fasci Negli Stati Uniti (1921-1929)". *Storia Contemporanea*, vol. XXVI, n° 6, pp. 1061-1144.

_____ e ROSOLI, Gianfausto. (1979), "Fascist Emigration Policy in the 1920's: An Interpretive Framework". *International Migration Review*, n° 13, pp. 673-692.

CANTALUPO, Roberto. (1939), *Il Rimpatrio degli Italiani*. Roma, Edizioni della Rassegna Italiana.

_____. (1940), "Recupero di Italiani Perduti e Sperduti nel Mondo", in *Racconti Politici dell'Altra Pace*. Milano, ISPI, pp. 294-333.

CAROCCI, Giampiero. (1969), *La Politica Estera dell'Italia Fascista (1923-1928)*. Bari, Laterza.

**A Migração Internacional como Fator
de Política Externa...**

CASSELS, Alan. (1970), *Mussolini Early Diplomacy*. Princeton, Princeton University Press.

CASTRONOVO, Valerio. (1981), "Il Mito della Grande Proletaria", in *Opinion Publique et Politique Exterieur*. Roma, École Française de Roma, pp. 329-339.

CERUTI, Mario. (1986), *Fra Roma e Berna. La Svizzera Italiana nel Ventennio Fascista*. Milano, Franco Angeli.

CICCARELLI, Orazio. (1990), "Fascism and Politics in Peru during the Benavides Regime, 1933-39". *Hispanic American Historical Review*, vol. 70, nº 3, pp. 405-432.

CIUFFOLETTI, Zeffiro e DEGL'INNOCENTI, Maurizio. (1979), *L'Emigrazione nella Storia d'Italia*. Firenze, Valecchi.

CRESCIANI, Gianfranco. (1979), *Fascismo, Antifascismo e Gli Italiani in Australia, 1922-1945*. Roma, Bonacci.

DAMIANI, Claudia B. (1979), "L'Emigrazione Italiana negli Stati Uniti durante il Periodo Fascista", in R. de Felice (org.), *Cenni Storiche Sulla Emigrazione Italiana nelle Americhe e in Australia*. Milano, Franco Angeli Editore, pp. 105-142.

_____. (1980), *Mussolini e Gli Stati Uniti, 1922-1935*. Bologna, Cappelli.

D'ATORRE, Pier Paolo. (1974), "L'Evoluzione Storica dell'Emigrazione Attraverso Alcune Analisi del Movimento Operaio". *Affari Sociali Internazionali*, vol. II, nº 1 e 2, pp. 111-143.

DEGL'INNOCENTI, Maurizio. (1974), "Emigrazione e Politica dei Socialisti dalla Fine del Secolo all'Età Giolittiana". *Il Ponte*, vol. XXX, nº 11-12, pp. 1293-1307.

DEL BOCA, Angelo. (1979), *Gli Italiani in Africa Orientale — La Conquista dell'Impero*. Bari, Laterza.

DEL VECCHIO, Eduardo. (1972), "L'Emigrazione Italiana negli Stati Uniti quale Mezzo per Incrementare lo Sviluppo delle Relazioni Commerciali (1887-1891)", in *Gli Italiani negli Stati Uniti*. Firenze, pp. 139-205.

DE MICHELIS, Giuseppe. (1925), "La Politica Nazionale dell'Emigrazione". *Gerarchia*, vol. IV, nº 10, pp. 629-632.

_____. (1927), *La Difesa del Lavoro Italiano all'Estero*. Roma, CGE.

DE ZUANI, Ettore. (1938), "Problemi di Vita Sudamericana: Gli Emigranti e i Loro Figli". *Nuova Antologia*, vol. 317, fascicolo 1581, pp. 303-308.

DI CAMERANA, Ludovico. (1996), *La Vittoria dell'Italia nella Terza Guerra Mondiale*. Bari, Laterza.

DIGGINS, John. (1972), *L'America, Mussolini e il Fascismo*. Bari, Laterza.

DI LEMBO, Luigi. (1982), "L'Organizzazione dei Socialisti Italiani in Francia", in *L'Emigrazione Socialista nella Lotta Contro il Fascismo (1926-1939)*. Firenze, Sansoni, pp. 221-261.

DI MARZIO, Cornelio. (1923), *Il Fascismo all'Estero*. Milano, Imperia.

_____. (1928), "Fascisti all'Estero", in G. Pomba (ed.), *La Civiltà Fascista Illustrata nella Dottrina e nelle Opere*. Torino, Editrice Torinese, pp. 637-647.

DI NOLFO, Ennio. (1960), *Mussolini e la Politica Estera Italiana (1919-1933)*. Padova, CEDEM.

_____. (1990), "Storia delle Relazioni Internazionali", in L. Bonanate (ed.), *Studi Internazionali*. Torino, Fondazione Giovanni Agnelli, pp. 71-112.

DINUCCI, Gigliola. (1979), "Il Modello della Colonia Libera nell'Ideologia Espansionista Italiana. Dagli Anni 80 alla Fine del Secolo". *Storia Contemporanea*, vol. X, n° 3, pp. 427-480.

DORE, Grazia. (1964), *La Democrazia Italiana e l'Emigrazione in America*. Brescia, Morcelliana.

_____. (1968), "Some Social and Historical Aspects of Italian Emigration to America". *Journal of Social History*, vol. II, n° 2, pp. 95-122.

DORIA, Gino. (1937), *Storia dell'America Latina*. Milano, Hoepli.

DUGFIELD, Marcos. (1929), "Mussolini's American Empire". *Harper's Magazine*, vol. CLIX, pp. 661-672.

FABIANO, Domenico. (1985), "La Lega Italiana per la Tutela degli Interessi Nazionali e le Origini dei Fasci Italiani all'Estero (1920-1923)". *Storia Contemporanea*, vol. XVI, n° 2, pp. 203-250.

FALORSI, Vittorio. (1924), *Problemi di Emigrazione*. Bologna, Zanichelli.

FERRARI, Mario. (1983), *Emigrazione e Colonie: Il Giornale Genovese "La Borsa" (1865-1894)*. Genova, Bozzi.

**A Migração Internacional como Fator
de Política Externa...**

FILIPUZZI, Angelo. (1976), *Il Dibattito Sull'Emigrazione — Polemiche Nazionali e Stampa Veneta (1861-1914)*. Firenze, La Monnier.

FINKELSTEIN, Monte. (1988), "The Johnson Act, Mussolini and Fascist Emigration Policy: 1921-1930". *Journal of American Ethnic History*, vol. VIII, n° 1, pp. 38-55.

FIORENTINO, Adriano. (1931), *Emigrazione Transoceanica*. Roma, USILA.

FOÀ, Carlo. (1937), *Nazionalismi Sud-Americani*. Milano, Il Popolo d'Italia.

FRANZINA, Emilio. (1976), *La Grande Emigrazione. L'Esodo dei Rurali del Veneto durante il Secolo XIX*. Padova, Marsilio.

_____. (1994), *Stranieri d'Italia — Studi Sull'Emigrazione Italiana dal Risorgimento al Fascismo*. Vicenza, Odeon.

_____. (1995), *Gli Italiani al Nuovo Mondo — L'Emigrazione Italiana in America, 1492-1942*. Milano, Mondadori.

GALLO, Max. (1970), *Cinqueme Colonne, 1930-1940*. Paris, Plon.

GENTILE, Emilio. (1986), "L'Emigrazione Italiana in Argentina nella Politica di Espansione del Nazionalismo e del Fascismo 1900-1930". *Storia Contemporanea*, vol. XVII, n° 3, pp. 355-396.

GERACI, Francesco. (1925), "La Nazione e l'Emigrazione". *Gerarchia*, vol. IV, n° 1, pp. 45-51.

GRANDE, Adriano. (1937), *La Legione Parini*. Firenze, Vallecchi.

GRANGE, Daniel. (1983), "Emigrazione et Colonies: Un Grand Debat de l'Italie Liberale". *Revue d'Histoire Moderne et Contemporaine*, vol. XXX, pp. 337-365.

GRASSI, Fabio. (1973), "Giolitti, Tittoni e l'Emigrazione". *Affari Sociali Internazionali*, vol. I, n° 3, pp. 45-77.

_____. (1983), "Il Primo Governo Crispi e l'Emigrazione come Fattore di una Politica di Potenza", in B. Bezza (org.), *Gli Italiani Fuori d'Italia*. Milano, Franco Angeli Editore, pp. 45-100.

GUERRINI, Irene e PLUVIANO, Marco. (1994), "L'Organizzazioni del Tempo Libero nelle Comunità Italiane in America Latina", in V. Blenghino (ed.), *La Scoperta delle Americhe. Lavoratori e Sindacato nell'Emigrazione Italiana in America Latina, 1870-1970*. Milano, Nicola Teti Editore, pp. 378-389.

- HARRIS, Bruce. (1969), *The USA and the Italo-Ethiopian Crisis*. Stanford, s/e.
- HUGLI, Jean. (1982), "Socialisme Antifasciste à Lausanne de la Première a la Deuxième Guerre Mondiale", in *L'Emigrazione Socialista nella Lotta contro il Fascismo (1926-1939)*. Firenze, Sansoni, pp. 263-291.
- IANNI, Constantino. (1972), *Homens sem Paz — Os Conflitos e os Bastidores da Emigração Italiana*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- "I FIGLI degli Italiani all'Estero". (1934), in *Patria nell'anno XII*. Roma, s/e.
- KANAWADA, Leo. (1982), *Franklin D. Roosevelt's Diplomacy and American Catholics, Italians and Jews*. Ann Arbor, UMI Research Press.
- MACOLA, Ferruccio. (1894), *L'Europa alla Conquista dell'America Latina*. Venezia, Ongania.
- MAGGIO, Sebastiano. (1977), "Movimento Migratorio nel Ventennio Fascista: Il Caso Siciliano". *Archivio Storico per la Sicilia Orientale*, vol. LXXIII, n° 1-2, pp. 309-328.
- MANTELLI, Brunello. (1994), "Gli Emigranti Italiani in Francia tra Roma, Berlino e Vichy (1940-1944)", in G. Perona (ed.), *Gli Italiani in Francia, 1938-1946*. Milano, Franco Angeli, pp. 367-397.
- MANZOTTI, Fernando. (1982), *La Polemica sull'Emigrazione nell'Italia Unita (Fino alla Prima Guerra Mondiale)*. Milano/Roma/Napoli, Dante Alighieri.
- MAROCCO, Gianni. (1986), *Sull'Altra Sponda del Plata. Gli Italiani in Uruguai*. Milano, Franco Angeli.
- MASI, Giuseppe. (1986), "Movimenti Migratori in Calabria nel Periodo Fascista". *Storia Contemporanea*, vol. XVII, n° 1, pp. 67-86.
- MASTELLONE, Salvo. (1992). "Emigration as an Ideological Problem for the Fascist State", in R. Bosworth (ed.), *War, Internment and Mass Migration: The Italo Australian Experience, 1940-1990*. Roma, Gruppo Editoriale Internazionale, pp. 117-123.
- MIGLIAZZA, A. (1983), "Il Problema dell'Emigrazione e la Legislazione Italiana sino alla Seconda Guerra Mondiale", in B. Bezza (org.), *Gli Italiani Fuori d'Italia*. Milano, Franco Angeli Editore, pp. 237-256.

**A Migração Internacional como Fator
de Política Externa...**

MIGONE, Gian Giacomo. (1971), "Il Regime Fascista e le Comunità Italo-Americane; la Missione di Gelasio Caetani (1922-1925)", in *Problemi di Storia nei Rapporti tra Italia e Stati Uniti*. Torino, Rosenberg & Sellier, pp. 25-41.

_____. (1976), "Gli Stati Uniti e le Prime Misure di Stabilizzazione della Lira (estate 1926)", in *Italia e America dalla Grande Guerra ad Oggi*. Padova, Marsilio, pp. 33-62.

_____. (1980), *Gli Stati Uniti e il Fascismo — Alle Origini dell'Egemonia Americana in Italia*. Milano, Feltrinelli.

MILZA, Pierre. (1983), "Le Fascio Italien a Paris". *Revue d'Histoire Moderne et Contemporaine*, vol. XXX, pp. 420-452.

_____. (1989), "L'Italia Ufficiale in Francia", in *Italiani di Francia — L'Immigrazione tra le Due Guerre*. Collezione Storia e Dossier 35. Firenze, Giusti, pp. 19-22.

MORENO, Isidoro. (1987), "Inizio delle Relazioni tra Italia e Argentina", in *Euroamericani — La Popolazione di Origine Italiana in Argentina*. Torino, Fondazione Giovanni Agnelli, pp. 1-12.

MORNATI, Fiorenzo. (1995), "Gli Intellettuali, il Partito e il Fascismo Italiano a Losanna". *Storia Contemporanea*, vol. XXVI, n° 6, pp. 1003-1059.

MORTARI, Giuseppe. (1904), *Espansione Coloniale*. Firenze, Ramella.

MUSSOLINI, Benito. (1934), "Il Problema dell'Emigrazione", in *Scritti e Discorsi* (vol. 3). Milano, Hoepli, pp. 97-100.

NAZZARO, Pellegrino. (1972), "The Immigrant Quota Act del 1921, la Crisi del Sistema Liberale e l'Avvento del Fascismo in Italia", in *Gli Italiani Negli Stati Uniti*. Firenze, Università de Firenze, pp. 323-364.

_____. (1974), "Italy from the American Immigration Quota Act of 1921 to Mussolini's Policy of Grossraum: 1921-1924". *The Journal of European Economic History*, vol. III, n° 3, pp. 705-723.

NEWTON, Ronald. (1992), *The Nazi Menace in Argentina, 1931-1947*, Stanford, Stanford University Press.

NOBILE, Annunziata. (1974), "Politica Migratoria e Vicende dell'Emigrazione durante il Fascismo". *Il Ponte*, vol. XXX, n° 11-12, pp. 1322-1341.

NORMAN, John. (1949), "The Influence of the Pro Fascist Propaganda on American Neutrality, 1935-1936", in D. Lee e G. McReynolds (eds.), *Essays in History and International Relations*. Worcester, s/e, pp. 193-214.

NUCCI, Vladimiro. (1941), *I Fenomeni Migratori e le Providence del Regime*. Roma, Nicosia.

ORANO, Paolo. (1938), *Avanguardie d'Italia nel Mondo*. Roma, s/e.

OSTUNI, Maria Rosaria. (1981), "Fonti e Appunti di Ricerca per la Storia dell'Emigrazione Italiana". *Movimento Operaio e Socialista*, vol. IV, n° 1 e 2, pp. 131-144.

_____. (1981a), "Note per la Storia dell'Emigrazione Italiana in Brasile: Le Fonti", in J. L. del Roio (ed.), *Lavoratori in Brasile — Immigrazione e Industrializzazione nello Stato di San Paolo*. Milano, Franco Angeli, pp. 61-78.

_____. (1983), "Momenti della 'Contrastata Vita' del Commissariato Generale dell'Emigrazione", in B. Bezza (org.), *Gli Italiani Fuori d'Italia*. Milano, Franco Angeli Editore, pp. 101-118.

PARINI, Piero. (1935), *Gli Italiani nel Mondo*. Milano, Mondadori.

PARIS, Robert. (1976), *As Origens do Fascismo*. São Paulo, Perspectiva.

PEDRAZZI, Orazio. (1929), *I Nostri Fratelli Lontani*. Roma, Segretaria dei Fasci all'Estero.

_____. (1942), "Il Lavoro degli Italiani nel Mondo", in I. de Blasi (ed.), *Italiani nel Mondo*. Firenze, Sanzoni, pp. 571-587.

PEROTTI, A. (1968), "La Società Italiana di Fronte alle Prime Migrazioni di Nassa. Il Contributo di Mons. Scalabrini e di Mons. Bonomelli alla Tutela degli Emigrati". *Studi Emigrazione*, vol. V, n° 11/12, pp. 1-190.

_____. (1970), *Il Pontificio Collegio per l'Emigrazione Italiana, 1920-1970*. Roma, s/e.

PUNZO, Maurizio. (1983), "La Società Umanitaria e l'Emigrazione. Dagli Inizi del Secolo alla Prima Guerra Mondiale", in B. Bezza (org.), *Gli Italiani Fuori d'Italia*. Milano, Franco Angeli Editore, pp. 119-144.

QUASI, Annarella. (1983), "Aspetti della Legislazione in Materia di Emigrazione nel Periodo Liberale", in E. Franzina (ed.), *Un Altro Veneto — Saggi e Studi di Storia dell'Emigrazione nei Secoli XIX e XX*. Albano Termi, Francisci Editore, pp. 257-284.

**A Migração Internacional como Fator
de Política Externa...**

RAGIONIERI, Ernesto. (1962), "Italiani all'Estero ed Emigrazione di Lavoratori Italiani: Un Tema di Storia del Movimento Operaio". *Belfagor*, vol. 17, pp. 640-669.

RAINIERO, Roman. (1978), *La Rivendicazione Fascista sulla Tunisia*. Milano, Marzorati.

RATTI, Guido. (1973), *Il Corriere Mercantile di Genova dall'Unità al Fascismo (1861-1925)*. Parma, Guanda.

RICCARDI, Andrea. (1998), "A che Serve la Comunità Italiana". *Limes — Rivista Italiana di Geopolitica*, janeiro, pp. 15-19.

ROCCA, Gino. (1973), "L'Opera di Assistenza degli Operai Italiani Emigrati in Europa e nel Levante. L'Opera Bonomelli". *Affari Sociali Internazionali*, vol. I, n° 3, pp. 4, 79-91 e 103-154.

ROSOLI, Gianfausto. (1972), "La Colonizzazione Italiana delle Americhe tra Mito e Realtà (1830-1914)". *Studi Emigrazione*, vol. IX, n° 27, pp. 296-376.

_____. (1979), "La Chiesa e il Fenomeno dell'Emigrazione Italiana". *Rassegna di Teologia*, vol. 4, pp. 269-286.

_____. (1980), "Le Organizzazioni Cattoliche e gli Emigrati Italiani in Brasile", in R. de Felice (ed.), *L'Emigrazione Italiana in Brasile (1800-1978)*. Torino, Fondazione Giovanni Agnelli, pp. 191-233.

_____. (1982), "Chiesa ed Emigrazione Italiana tra '800 e '900". *Studi Emigrazione*, vol. XIX, n° 66, pp. 162-234.

_____. (1983), "L'Emigrazione Italiana in Europa e l'Opera Bonomelli (1900-1914)", in B. Bezza (org.), *Gli Italiani Fuori d'Italia*. Milano, Franco Angeli Editore, pp. 163-202.

_____. (1984), "Il Cattolicesimo e la Questione dell'Emigrazione", in G. Cresciani (ed.), *L'Australia, gli Australiani e la Migrazione Italiana*. Milano, Franco Angeli, pp. 11-26.

_____. (1986), "Santa Sede e Propaganda Fascista all'Estero tra i Figli Degli Emigrati Italiani". *Storia Contemporanea*, vol. XVII, n° 2, pp. 293-315.

_____. (1987), *Scalabriniani tra Vecchio e Nuovo Mondo*. Roma, Centro Studi Emigrazione.

_____. (1990), "La Federazione 'Italica Gens' e l'Emigrazione Italiana Oltreoceano, 1909-1920". *Il Veltro — Rivista della Civiltà Italiana*, vol. XXXIV, n° 1 e 2, pp. 87-100.

RUGGIERO, Americo. (1937), *Italiani in America*. Milano, Fratelli Treves.

SACCHETTI, Gian Baptista. (1974), "L'Impegno Sociale di Mons. Scalabrini e di Mons. Bonomelli nell'Assistenza agli Emigrati Italiani". *Affari Sociali Internazionali*, vol. II, n° 1 e 2, pp. 85-104.

_____. (1978), "Cento Anni di 'Politica dell'Emigrazione'. L'Incerta Presenza dello Stato di fronte alla Realtà Migratoria Italiana", in G. Rosoli (ed.), *Un Secolo di Emigrazione Italiana, 1876-1976*. Roma, Centro Studi Emigrazione.

SALVEMINI, Gaetano. (1966), *Le Origini del Fascismo in Italia — Lezioni di Harvard*. Milano, Feltrinelli.

_____. (1977), *Italian Fascist Activities in the United States*. New York, Center for Migration Studies.

SARFATTI, Margherita. (1931), "Terra do Brasil". *Nuova Antologia*, vol. 277 n° 1421, pp. 436-458.

SCARZANELLA, Eugenia. (1977), "L'Emigrazione Veneta nel Periodo Fascista". *Studi Storici*, vol. XVIII, n° 2, pp. 171-199.

SCHMITZ, David. (1988), *The United States and Fascist Italy, 1922-1940*. Chapel Hill e London, The University of North Carolina Press.

SCHOR, Ralph. (1988), "Les Italiens dans les Alpes Maritimes durant les Années 30", in E. Temine (ed.), *Gli Italiani nella Francia del Sud ed in Corsica (1860-1980)*. Milano, Franco Angeli, pp. 231-238.

_____. (1988a), "Les Italiens dans les Alpes Maritimes au Cours des Années 1930: Portrait d'une Communauté Immigrée", in *L'Immigration en France dans les Années 20*. Paris, CEDEI, pp. 199-209.

SEIFERHELD, Alfredo. (1985), *Nazismo y Fascismo en el Paraguay. Vísperas de la II Guerra Mundial, 1936-1939*. Assunción, Histórica.

_____. (1986), *Nazismo y Fascismo en el Paraguay. Los Anos de la Guerra, 1939-1945*. Assunción, Histórica.

SERRA, Enrico. (1983), "Il Ministero degli Affari Esteri e il Problema dell'Emigrazione". *Affari Sociali Internazionali*, vol. XI, n° 2, pp. 5-23.

**A Migração Internacional como Fator
de Política Externa...**

- _____. (1984), *La Diplomazia in Italia*. Milano, Franco Angeli.
- _____. (1994), "La Normativa sull'Emigrazione Italiana dal Fascismo al 1948 con Particolare Riguardo alla Francia", in G. Perona (ed.), *Gli Italiani in Francia, 1938-1946*. Milano, Franco Angeli, pp. 3-18.
- SIGNORI, Elisa. (1983), *La Svizzera e i Fuorusciti Italiani — Aspetti e Problemi dell'Emigrazione Politica, 1943-1945*. Milano, Franco Angeli.
- SORI, Ercole. (1975), "Emigrazione all'Estero e Migrazioni Interne in Italia tra le Due Guerre". *Quaderni Storici*, vol. X, n° 29/30, pp. 579-606.
- _____. (1975a), *L'Emigrazione dall'Unità alla Seconda Guerra Mondiale*. Bologna, Il Mulino.
- _____. (1983), "Il Dibattito Politico sull'Emigrazione Italiana dall'Unità alla Crisi dello Stato Liberale", in B. Bezza (org.), *Gli Italiani Fuori d'Italia*. Milano, Franco Angeli Editore, pp. 19-44.
- SULPIZI, Francesco. (1923), *Il Problema dell'Emigrazione dopo la Rivoluzione Fascista*. Roma, Albrighi, Segatti e Co.
- SURDICH, Francesco. (1980), "Il Problema dell'Emigrazione in un Giornale di Armatori Genovesi: L'Italia all'Estero (1884)". *Porto e Aeroporto di Genova*, vol. LXXIV, n° 10, pp. 961-968.
- _____. (1983), "L'Emigrazione di Massa e la Società Geografica Italiana", in E. Franzina (ed.), *Un Altro Veneto — Saggi e Studi di Storia dell'Emigrazione nei Secoli XIX e XX*. Albano Termi, Francischi Editore, pp. 234-256.
- TIRABASSI, Maddalena. (1985), "Enemy Aliens or Loyal Americans? The Mazzini Society and the Italian American Communities". *RSA — Rivista di Studi Anglo Americani*, vol. III, n° 4/5, pp. 399-425.
- TOMASI, Silvano. (1983), "Scalabriniani e Mondo Catolico di Fronte all'Emigrazione Italiana (1880-1940)", in B. Bezza (org.), *Gli Italiani Fuori d'Italia*. Milano, Franco Angeli Editore, pp. 145-162.
- TOSI, Luciano. (1983), *L'Emigrazione all'Estero in Età Giolittiana: Il Caso Umbro*. Perugia, Leo & Olschki Editore.
- TRENTO, Ângelo. (1988), "Argentina e Brasile come Paesi di Immigrazione nella Pubblicità Italiana (1860-1920)", in F. de Voto e G. Rosoli (eds.), *L'Italia nella Società Argentina*. Roma, Centro Studi Emigrazione, pp. 211-290.

TREVES, Anna. (1980), *Natalità e Politica delle Nascite — L'Italia e le Esperienze Europee tra le Due Guerre*. Milano, NIG.

TROVA, Assunto. (1981), "Bonomelli, Scalabrini e il Dibattito sull'Emigrazione". *Movimento Operaio e Socialista*, vol. IV, n° 1 e 2, pp. 131-194.

UBALDI, Pietro. (1911), *L'Espansione Coloniale e Commerciale dell'Italia in Brasile*. Roma, Loescher.

VENERUSO, Danilo. (1975), "La Politica Estera Fascista dal Nazionalismo alla Rivoluzione". *Affari Sociali Internazionali*, vol. 28, pp. 808-822.

VENTRESCO, Fiorello. (1980), "Italian Americans and the Ethiopian Crisis". *Italian Americana*, vol. VI, n° 1, pp. 4-28.

VENTURINI, Nadia. (1984), "Le Comunità Italiane Negli Stati Uniti tra Storia Sociale e Storia Politica". *Rivista di Storia Contemporanea*, vol. XIII, n° 2, pp. 189-218.

_____. (1985), "Italian American Leadership, 1943-1948". *Storia Nordamericana*, vol. 2, n° 1, pp. 35-62.

VERNASSA, Maurizio. (1980), *Emigrazione, Diplomazia e Cannoniere. L'Intervento Italiano in Venezuela (1902-1903)*. Livorno, Stella.

Resumo

A Migração Internacional como Fator de Política Externa: Os Emigrantes Italianos, a Expansão Imperialista e a Política Exterior da Itália, 1870-1943

O presente trabalho procura refletir sobre a questão da migração internacional como fator de política externa. Nesse sentido, analisa-se o caso italiano, em que a imensa emigração dos séculos XIX e XX foi avaliada, discutida e trabalhada como um fator a ser usado na política exterior italiana e, especialmente, como uma arma especificamente italiana dentro do jogo imperialista global. O artigo inicia-se com os primeiros debates sobre o assunto, ainda no período pré-unificação italiana, e trabalha exaustivamente o tema dentro da realidade econômica, social e política da Itália entre 1870 e 1922. Em seguida, o foco dirige-se para a Itália fascista, cuja política exterior também procurou usar os emigrantes como instrumento da política de poder. Finalmente, discutem-se as continuidades e descontinuidades da política migratória/externa fascista com relação às da Itália liberal e avaliam-se os sucessos e fracassos que o uso desse mecanismo de projeção de poder e influência proporcionou à Itália de Mussolini até a queda do fascismo em 1943.

Palavras-chave: Itália — Emigração — Imperialismo — Geopolítica

Abstract

International Migration as a Foreign Policy Factor: Italian Emigrants, Imperialist Expansion and Italy's Foreign Policy, 1870-1943

The present work attempts to reflect upon the question of international migration as a foreign policy factor. The analysis of the Italian case, whose strong migration during the nineteenth and twentieth centuries is assessed and discussed as a factor in Italian foreign policy and, specifically, as a weapon within the global imperialist game. The article begins with the first debates on the matter, prior to the Italian unification, and weaves the theme into the economic, social and political reality of Italy between 1870 and 1922. Then the focus is turned upon fascist Italy, whose foreign policy also tried

João Fábio Bertonha

to use emigrants as an instrument of power politics. Finally, the continuities and discontinuities of the migratory-foreign policy are discussed in relation to liberal Italy, and the successes and failures of this power mechanism are evaluated during Mussolini's Italy and until the fall of fascism in 1943.

Keywords: Italy — Emigration — Imperialism — Geopolitics